



Nova Convenção Coletiva já está em vigor



A Campanha Nacional dos Bancários 2026 chegou ao fim após a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), válida até 31 de agosto de 2028, a aprovação do acordo com o Banco do Brasil e o julgamento do dissídio da Caixa. Na CCT, ficou assegurado reajuste de 4,6% nos salários e demais verbas neste ano, incluindo 0,6% de aumento real. Para setembro de 2027, haverá nova reposição do INPC, também acrescida de 0,6%.

O resultado foi construído em uma negociação marcada pela resistência dos bancos. A Fenaban tentou congelar o piso de ingresso e estabelecer reajustes diferentes por faixas salariais. Na reta final, propostas com ganhos reais de 0,26% e 0,33% também foram rejeitadas antes de se chegar ao índice aprovado.

Em BH e região, plenárias, assembleias, manifestações e paralisação de 20 de agosto fizeram parte da trajetória. Nos bancos públicos, a mobilização prosseguiu

em setembro, com discussão das reivindicações específicas e greve de 20 dias na Caixa.

A assinatura da CCT garantiu a preservação de todos os direitos e a inclusão de novas cláusulas que tratam do respeito ao descanso fora da jornada (desconexão), canal de denúncias também para atos praticados por clientes, disposições sobre o monitoramento digital e participação na gestão dos riscos psicossociais.

“Quero agradecer a cada bancária e bancário que participou dessa Campanha. Enfrentamos propostas de retrocesso, fomos às ruas e construímos juntos a resistência aos bancos. Em BH e região, o Sindicato apresentou suas avaliações com transparência e esteve com a categoria até o fim. Agora, vamos cobrar o cumprimento do que foi garantido e continuar enfrentando as questões que ficaram sem solução”, afirmou Ramon Peres, presidente do Sindicato.

CAIXA: TST encerra a greve e defesa do Saúde Caixa continua

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou, em 29 de setembro, o dissídio coletivo da Caixa e determinou o encerramento da greve. A decisão reconheceu que o movimento não foi abusivo e estabeleceu uma sentença normativa com vigência até 31 de agosto de 2028.

A atuação da representação dos trabalhadores durante o julgamento contribuiu para alterar dois pontos da proposta inicial do relator: a previsão de desconto dos dias parados deu lugar à possibilidade de compensação em até 180 dias, e a vigência foi ampliada de um para dois anos.

No Saúde Caixa, o Tribunal manteve as regras anteriores, rejeitando alterações pretendidas pelo banco. Permanecem a contribuição do titular de 3,5% da remuneração-base e o teto de 7% para a soma das mensalidades do titular e dos dependentes diretos. Os valores fixados em reais foram atualizados pelo mesmo índice de reajuste salarial: INPC + 0,6%.

Entretanto, não foi incorporada a elevação do limite de participação da Caixa de 6,5% para 9% da folha e dos proventos, prevista na terceira proposta de acordo. Também não ficou assegurado o compromisso de o banco assumir integralmente o déficit de 2026. A garantia de manutenção do plano na aposentadoria para os admitidos após agosto de 2018 também não foi ampliada pela decisão.

O julgamento deixa ainda um risco importante para 2028. A preservação das cláusulas neste dissídio teve como fundamento o ACT 2024-2026, firmado por negociação coletiva. Agora, os direitos específicos estão amparados por uma sentença normativa com prazo de validade, o que faz com que os empregados cheguem ao próximo ciclo em condição de maior vulnerabilidade.

A sentença preserva direitos, mas mantém problemas que motivaram a mobilização e a greve. Exigir transparência sobre as

contas do plano e cobrar responsabilidade da Caixa serão fundamentais para proteger o Saúde Caixa e os direitos dos empregados agora e em 2028.

Transmissão comentada

Para tirar dúvidas da categoria, o Sindicato transmitiu o julgamento do dissídio ao vivo com comentários em tempo real do presidente e da assessoria jurídica. A live chegou a 2 mil espectadores simultâneos e já tem mais de 16 mil visualizações.



O QUE FICOU DECIDIDO:

- ▶ **Greve:** não considerada abusiva; rejeitada a multa pedida por descumprimento da liminar.
- ▶ **Dias parados:** compensação em até 180 dias. O saldo não compensado poderá ser descontado depois, em três parcelas iguais.
- ▶ **Reajuste:** INPC mais 0,6% nas datas-base de 2026 e 2027.
- ▶ **PLR:** preservação das regras anteriores, incluindo PLR Social de 4%, sem as mudanças prejudiciais propostas pelo banco.
- ▶ **Saúde Caixa:** percentuais de 3,5% e 7% mantidos; valores monetários atualizados pelo índice salarial. Cobertura do déficit pela Caixa não está prevista.

Déficit do Saúde Caixa: o que está em jogo?

A sentença manteve o teto patronal de 6,5%, sem incorporar a elevação para 9% prevista na terceira proposta. Essa diferença representa uma capacidade adicional de financiamento estimada em R\$ 1,7 bilhão entre janeiro de 2027 e agosto de 2028 que não ficou assegurada.

Também não foi garantido que a Caixa assumisse o déficit de 2026, projetado em cerca de R\$ 740 milhões. Somados, os compromissos não incorporados à sentença chegam a aproximadamente R\$

2,4 bilhões. São estimativas, não valores já definidos para cobrança dos usuários.

Se as reservas forem insuficientes, a regra prevê rateio do déficit remanescente entre os titulares, proporcionalmente às mensalidades de dezembro, após discussão prévia com as entidades representativas. O cenário exige transparência e negociação para ampliar a responsabilidade da Caixa e proteger os beneficiários.

Banco do Brasil: acordo aprovado e compromissos a cobrar



Funcionárias e funcionários do Banco do Brasil, em Belo Horizonte e região, aprovaram a proposta de acordo com 64,7% dos votos na Assembleia encerrada em 11 de setembro. A decisão encerrou a greve, na base do Sindicato, e o Acordo Coletivo de Trabalho foi assinado no mesmo dia.

Entre os pontos do documento, estão a ampliação da licença-paternidade, medidas de apoio às pessoas com deficiência e proteção às trabalhadoras em situação de violência doméstica.

Também houve compromissos em relação à Cassi e ao Plano de Carreira e Remuneração (PCR), mas ainda insuficientes para

garantir os avanços necessários. O aporte de R\$ 360 milhões para a Cassi assegura um fôlego financeiro imediato, mas não resolve o problema estrutural de custeio. Já em relação ao PCR, o banco se comprometeu em realizar estudos, com previsão de encaminhamento até o primeiro semestre de 2027, mas sem garantir mudanças efetivas na carreira e na remuneração dos funcionários e cobraremos que se traduza em propostas concretas.

Com a aprovação, a atuação sindical passa a acompanhar a implementação do acordo, fiscalizar seu cumprimento e cobrar os encaminhamentos das questões pendentes.

ENTRE OS PRINCIPAIS PONTOS, ESTÃO:

- ▶ Reconhecimento financeiro: R\$ 3 mil para o público definido na Campanha de Adimplência 2026, condicionado ao atingimento do indicador, e pagamento previsto para fevereiro de 2027
- ▶ Cassi: adiantamento de R\$ 360 milhões da contribuição patronal para o Plano de Associados
- ▶ PCR: compromisso de realização de estudos para revisão dos critérios do Plano de Carreira e Remuneração
- ▶ Licença-paternidade: ampliação de 20 para 35 dias
- ▶ Auxílio para filhos com deficiência: aumento de R\$ 760,48 para R\$ 874,55
- ▶ PCDs: financiamento sem juros em até 96 meses para pais de filhos com deficiência e cinco jornadas para reparos em equipamentos
- ▶ ANBIMA: abono de até cinco dias para deslocamento e realização das provas
- ▶ Violência doméstica: estabilidade na função comissionada por seis meses no retorno à função após afastamento pela Lei Maria da Penha
- ▶ Ações afirmativas: inclusão no ACT de políticas que priorizam mulheres, pessoas com deficiência e pessoas não brancas nos processos seletivos internos
- ▶ 31 de dezembro: abono da ausência na data em 2026
- ▶ Endividamento: apresentação, em até 60 dias a partir da assinatura do ACT, de novo modelo para enfrentamento do endividamento dos funcionários
- ▶ Bem Viver: inclusão de egressos dos bancos incorporados, condicionada à expansão do atendimento nas CliniCassi
- ▶ SESMT: contratação da Cassi para atendimento, sempre que possível
- ▶ União estável: licença de oito dias na formalização
- ▶ Revisão de exames complementares para doenças crônicas

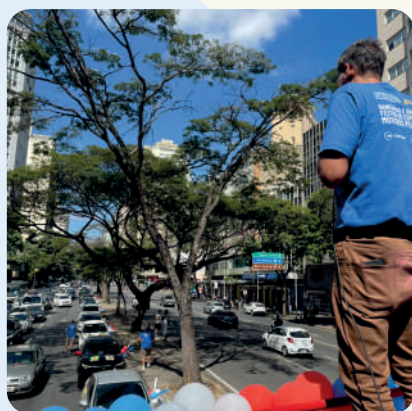
Campanha Nacional 2026 foi marcada por forte mobilização da categoria

Nas agências, nas redes e nas ruas, bancárias e bancários de BH e região participaram da construção da Campanha, que reuniu trabalhadores de diferentes bancos em plenárias, assembleias, paralisações e manifestações. A participação da categoria deu expressão às reivindicações e sustentou a cobrança por respostas nas mesas de negociação.

Em 20 de agosto, a paralisação alcançou os locais de trabalho

e o trabalho digital. Já na Caixa, com 20 dias de greve, centenas de pessoas participaram dos atos, com destaque para as passeatas que percorreram o centro de Belo Horizonte.

A participação de cada trabalhador e trabalhadora merece reconhecimento e deixa o legado de uma organização coletiva que será necessária para enfrentar os próximos desafios.



NOSSA FORÇA EM NÚMEROS!

MOBILIZAÇÃO NAS AGÊNCIAS, RUAS E REDES



17 Grandes Atos, 2 Passeatas e 1 Carreata

Mobilização de rua reforçada por visitas diárias às unidades bancárias.



11 Plenárias Virtuais e 8 Assembleias

Espaços de debate e deliberação para a construção coletiva.



5 Milhões

Visualizações e 160 Mil Interações

Ampla alcance e engajamento da categoria no Instagram durante a campanha.

NEGOCIAÇÕES E LUTA NOS BANCOS



38

Rodadas de Negociação

Sendo 13 com a Fenaban, 13 com a Caixa e 12 com o Banco do Brasil.



20

Dias de Greve na Caixa e 1 Dia Nacional de Paralisação

Forte adesão nos locais de trabalho fortalecendo a cobrança por respostas.